ACIC - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPOS
A CASA DO EMPRESÁRIO CAMPISTA
Fundada em 9 de agosto de 1891
Site: www.acicampos.org.br / E-mail: acic@acicampos.org.br
Tel.: (22) 2723-5174

Campos dos Goytacazes, 09 de Novembro de 2026. **Ofício Nº.: 0023/2026**

À....: Câmara Municipal de Vereadores Campos dos Goytacazes - Sede Legislativa

Ref: Carta de Reivindicações e Propostas de Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA 2027)

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ E SENHORES VEREADORES,

A ACIC – Associação Comercial e Industrial de Campos dos Goytacazes, no cumprimento de seu papel institucional de vanguarda do setor produtivo local e defensora do desenvolvimento socioeconômico de Campos dos Goytacazes, vem, respeitosamente, por meio deste instrumento, protocolar junto a esta Mesa Diretora as demandas e propostas de emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA). A Diretoria da Associação Comercial, Considerando que a mesma estabelece a garantia que os recursos sejam distribuídos para áreas como saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento econômico e social, além do fortalecimento da estrutura produtiva municipal, que o orçamento previsto e a necessidade premente de otimizar os investimentos diretos para a geração de emprego, renda e diversificação da nossa matriz econômica, apresentamos as seguintes prioridades estratégicas:

1. Governança Participativa e Articulação Institucional:

Celeridade na Criação do CDI (Conselho de Desenvolvimento Integrado): Solicitamos empenho e máxima celeridade desta Casa de Leis na tramitação e aprovação do projeto de criação do **Conselho de Desenvolvimento Integrado (CDI)**, conforme proposto pelo atual Secretário de Desenvolvimento Econômico. Reivindicamos que a estrutura orçamentária e operacional do CDI assegure a **participação ativa das Entidades de Classes, Conselhos Empresariais, Academia e Terceiro Setor**, garantindo uma governança compartilhada e técnica para as decisões econômicas do município.

2. Desburocratização, Atração de Empresas e Liberdade Econômica

• **Ampliação de CNAEs de Baixo Risco:** Solicitamos a alocação de recursos orçamentários para a modernização tecnológica e capacitação dos órgãos fiscalizadores municipais, visando à **ampliação do rol de atividades econômicas (CNAEs) consideradas de baixo risco (dispensadas de atos públicos de liberação)**, nos moldes e em expansão ao pioneiro Decreto Municipal nº 05/2022, publicado em 20 de janeiro de 2022. Menos burocracia atrai novos negócios e formaliza microempreendedores.

• **Criação da ZEN - Zona Especial de Negócios:** Propomos a previsão orçamentária e de diretrizes para o planejamento e a **implantação da Zona Especial de Negócios (ZEN)** no município. Esse ecossistema será fundamental para atrair indústrias, centros de distribuição e empresas de tecnologia por meio de incentivos fiscais e infraestrutura desburocratizada.

3. Economia do Mar e Economia Azul

• **Implantação do Selo Azul Cidades Costeiras:** Solicitamos a previsão orçamentária e o respaldo institucional para que o município inclua e consolide uma **política continuada sobre a Economia do Mar e a Economia Azul**. Propomos que essa estratégia seja viabilizada através da implantação do "**SELO AZUL - CIDADES COSTEIRAS", iniciativa produzida pela FACERJ (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro)**. Este selo servirá como uma ferramenta de governança para balizar o desenvolvimento sustentável da nossa região litorânea, impulsionando a pesca, a cadeia produtiva de petróleo e gás, a logística portuária de apoio e o turismo náutico e de veraneio em Campos. Enfatizo o peso institucional da Federação das Associações Comerciais (FACERJ), que demonstra que a proposta tem respaldo técnico pelo INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa, além de respaldo estadual e federal pela Confederação das Associações Comerciais e Empresáriais do Brasil (CACB).

4. Reformulação de Prioridades do FUNDECAM (Fundo de Desenvolvimento de Campos)

• **Equidade de Investimentos com a Cultura:** Propomos emenda modificativa para que as dotações destinadas ao FUNDECAM passem a **priorizar de forma direta e estruturada a agricultura familiar e o turismo local**. Reivindicamos que estes dois setores passem a contar com aportes orçamentários **com equidade ou em patamares superiores aos atualmente destinados ao setor de Cultura**, garantindo o equilíbrio no fomento econômico do município.

• **Fomento à Agricultura Familiar:** Garantir linhas de crédito subsidiadas e simplificadas via FUNDECAM para a transição tecnológica do pequeno produtor rural campista, fortalecendo o cinturão verde do município.

• **Apoio ao Turismo e Interiorização:** Destinar recursos do fundo para estruturar microempresas e prestadores de serviços turísticos nas regiões praiana (Farol de São Thomé) e de montanha (região do Imbé/Serrana), criando um calendário permanente de atrativos.

Uma observação importante: Agricultura, Comércio e Serviços e Trabalho, somados, representam aproximadamente R$ 19,69 milhões, ou apenas 0,65% do orçamento municipal.

5. Mobilidade Urbana Estratégica e Sustentável

Frota do Transporte Público a Gás: Pleiteamos a inclusão de dotação ou PPP (Parceria Público-Privada) voltada para a **melhoria do Transporte Público utilizando veículos abastecidos a gás**. Esta medida representa uma solução com **menor necessidade de investimento financeiro e enorme facilidade de implantação prática**, garantindo deslocamento eficiente para os trabalhadores e reduzindo o custo operacional do sistema.

6. Infraestrutura Comercial e Industrial Urbana

• **Manutenção do Distrito Industrial do Codin:** Carimbar verbas específicas para a infraestrutura básica, iluminação e acessibilidade do Codin, visando reter indústrias e atrair novas empresas ligadas ao ecossistema do Porto do Açu.

• **Revitalização do Quadrilátero Comercial do Centro:** Garantir dotação orçamentária voltada para obras de drenagem pluvial, segurança integrada e melhorias no calçamento do Centro Histórico e polos comerciais dos distritos (Guarus e Goitacazes).
Certos do espírito público e do compromisso desta Casa de Leis com o futuro econômico de Campos dos Goytacazes, subscrevemo-nos, aguardando o acolhimento e a transformação destas propostas em emendas parlamentares efetivas.

Em anexo, abaixo a este, disponibilizamos nosso estudo técnico que referenciou nossas propostas e fundamentações.

Certos da atenção e análise atenta do Ilmo. Sr. Presidente e Srs. Vereadores, às propostas apresentadas, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br MAURICIO VICENTE GONCALVES CABRAL
Data: 09/11/2026 09:18:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maurício Cabral

Presidente

ACIC Campos

ACIC - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPOS
A CASA DO EMPRESÁRIO CAMPISTA
Fundada em 9 de agosto de 1891
Site: www.acicampos.org.br / E-mail: acic@acicampos.org.br
Tel.: (22) 2723-5174

Análise estratégica da LOA 2027 – Campos dos Goytacazes

Perspectiva institucional da ACIC Associação Comercial e Industrial de Campos dos Goytacazes

Exercício financeiro de 2027
Base documental: seis demonstrativos orçamentários encaminhados pela Prefeitura Municipal.

1. Diagnóstico inicial:

A primeira constatação é que a LOA 2027 prevê um orçamento de R$ 3,05 bilhões para Campos dos Goytacazes.

Entretanto, quando observamos o orçamento pela perspectiva do desenvolvimento econômico, precisamos ir além do volume total de recursos. É necessário verificar quanto está efetivamente direcionado à infraestrutura, à atividade produtiva, à atração de investimentos, à qualificação profissional e à geração de oportunidades econômicas.

Há três questões que mereceram atenção especial da ACIC:

- **A dependência significativa das receitas provenientes do petróleo.**
- **A participação relativamente pequena das funções diretamente relacionadas ao desenvolvimento produtivo.**
- **A necessidade de identificar quanto dos recursos destinados a urbanismo, transporte e gestão ambiental se transforma em infraestrutura capaz de estimular novos negócios.**
-

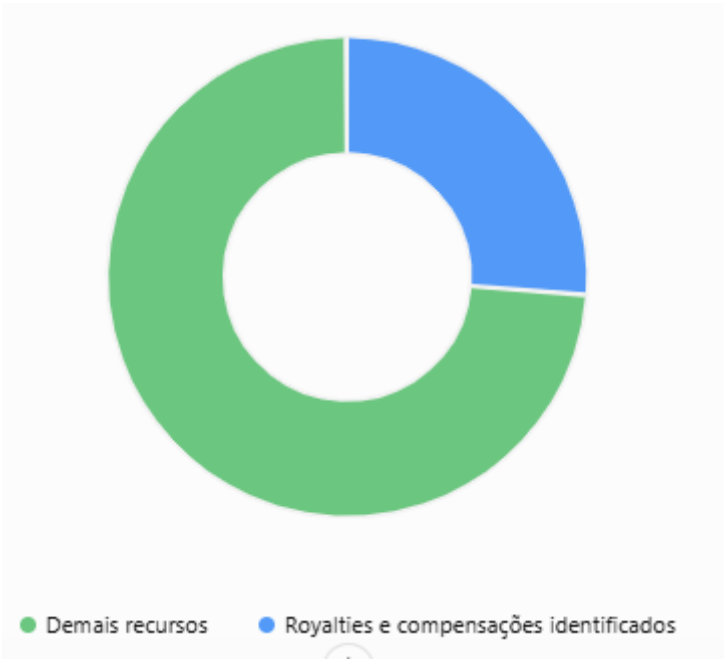
2. Dependência dos royalties do petróleo:

Ponto estratégico de atenção: O demonstrativo de receitas apresenta os seguintes valores:

Fonte de receita	Previsão
Receitas correntes	R$ 2,896 bilhões
Transferências correntes	R$ 2,103 bilhões
Impostos, taxas e contribuições	R$ 595,47 milhões
Compensações financeiras pela produção de petróleo – União	R$ 761,66 milhões
Royalties – transferências estaduais	R$ 37,08 milhões

Somando as duas últimas rubricas, temos aproximadamente R$ 798,74 milhões em receitas identificadas como compensações financeiras e royalties do petróleo.

Isso representa aproximadamente 26,2% do orçamento total previsto.



Demais recursos - Royalties e compensações identificados

Leitura institucional da ACIC:

Mais de um quarto do orçamento projetado está associado diretamente às compensações financeiras do petróleo, sem considerar eventuais outras receitas que também possam ter relação indireta com a atividade petrolífera.

Esse dado reforça a importância de uma política permanente de diversificação econômica.

A ACIC defende que os recursos provenientes da exploração de uma riqueza natural finita sejam acompanhados de estratégias de fortalecimento de atividades econômicas capazes de gerar empregos, renda, arrecadação própria e sustentabilidade fiscal no longo prazo.

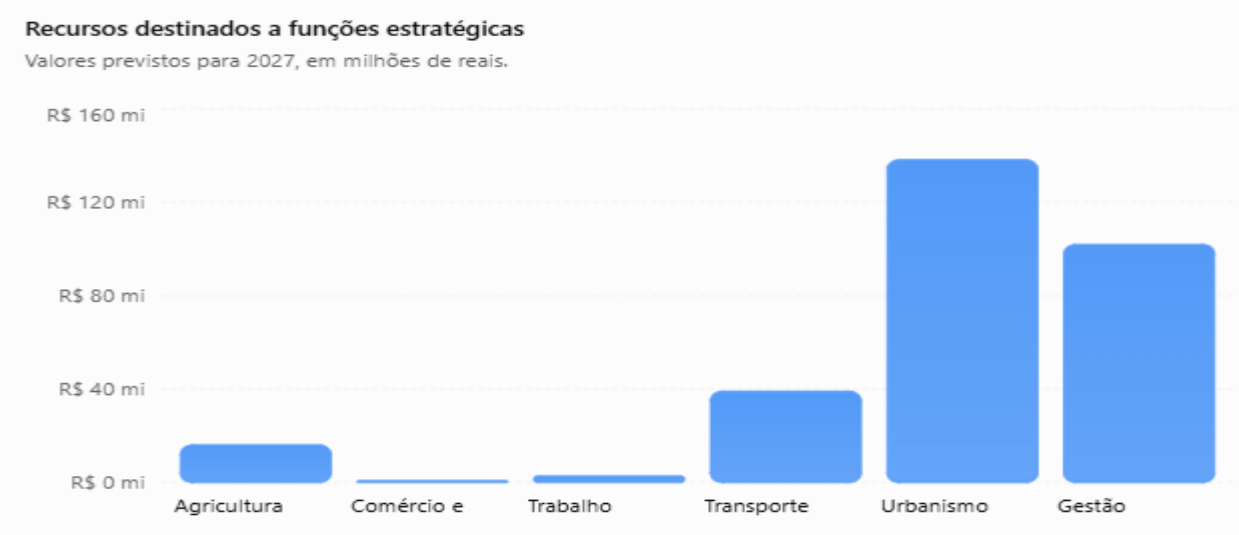
Fonte: Anexo II – Receita segundo Categorias, especialmente página 5; Resumo da Fixação das Despesas por Função, páginas 2 e 3.

3. Quanto o orçamento destina à economia produtiva:

Aqui encontramos um dos pontos mais relevantes para a ACIC.

O demonstrativo de despesas por funções apresenta os seguintes valores:

Área	Orçamento 2027	Participação
Agricultura	R$ 16,11 milhões	0,53%
Comércio e Serviços	R$ 802,8 mil	0,03%
Trabalho	R$ 2,78 milhões	0,09%
Transporte	R$ 39,10 milhões	1,28%
Urbanismo	R$ 138,25 milhões	4,53%
Gestão Ambiental	R$ 101,98 milhões	3,34%



Percentuais calculados sobre o orçamento total de R$ 3,05 bilhões.

Recursos destinados a funções estratégicas. Valores previstos para 2027, em milhões de reais.

Uma observação importante: Agricultura, Comércio e Serviços e Trabalho, somados, representam aproximadamente R$ 19,69 milhões, ou apenas 0,65% do orçamento municipal.

Isso não significa que todas as ações de desenvolvimento econômico estejam necessariamente contabilizadas nessas três funções. Obras, infraestrutura, qualificação, inovação e apoio empresarial podem estar distribuídos em outras secretarias e classificações orçamentárias.

Mas o dado indica que vale aprofundar a investigação sobre a prioridade orçamentária efetivamente conferida à atividade produtiva.

4. Análise das secretarias diretamente relacionadas ao desenvolvimento econômico:

O demonstrativo por órgão permite avançar além da classificação por funções.

Foram identificados os seguintes valores:

Órgão	Total previsto
Desenvolvimento Econômico, Energia e Inovação	R$ 1.971.200
Agricultura, Pecuária e Infraestrutura Rural	R$ 15.232.000
Turismo	R$ 1.667.500
Fundo Municipal de Trabalho e Gestão de Renda	R$ 1.280.500

Fonte: Anexo II – Despesa segundo categorias por órgão. Valores das respectivas unidades gestoras.

• Desenvolvimento Econômico, Energia e Inovação:

R$ 1,97 milhão

A secretaria responsável por uma agenda que envolve desenvolvimento econômico, energia e inovação apresenta orçamento de aproximadamente R$ 1,97 milhão.

Desse montante:

- R$ 1,78 milhão são despesas correntes.
- R$ 191 mil são investimentos.
- R$ 110 mil estão classificados como obras e instalações.

É um dado que merece atenção, especialmente considerando a dimensão territorial, econômica e empresarial do município.

A pergunta que a ACIC deveria formular é: quais programas, projetos e instrumentos de incentivo estão previstos para estimular a atração de empresas, a inovação, o empreendedorismo e a expansão das atividades produtivas?

• Agricultura, Pecuária e Infraestrutura Rural

R$ 15,23 milhões

A distribuição contempla:

- R$ 8,975 milhões em despesas correntes.
- R$ 6,257 milhões em despesas de capital.
- R$ 1,75 milhão em obras e instalações.
- R$ 4,507 milhões em equipamentos e material permanente.

É importante reconhecer a existência de investimentos destinados à infraestrutura rural e aos equipamentos.

Entretanto, a análise deve avançar sobre a efetividade desses recursos para melhorar estradas vicinais, escoamento da produção, assistência técnica, mecanização, armazenagem e integração entre produtores e mercados consumidores.

Para Campos, o agronegócio precisa ser tratado como uma cadeia produtiva, e não apenas como uma atividade rural.

• Turismo

R$ 1,67 milhão

O orçamento da Secretaria Municipal de Turismo está distribuído entre R$ 1,190 milhão em despesas correntes e R$ 477 mil em investimentos.

A questão central é verificar se existem projetos estruturantes para transformar o potencial turístico de Campos em atividade econômica permanente.

A agenda deveria contemplar turismo histórico e cultural, turismo rural, eventos, gastronomia, negócios e integração regional.

• Trabalho e Gestão de Renda

O Fundo Municipal de Trabalho e Gestão de Renda possui R$ 1,280 milhão previsto, sendo R$ 880,4 mil em despesas correntes e R$ 400,1 mil em investimentos.

É necessário verificar quais ações estão planejadas para intermediação de mão de obra, qualificação profissional, empreendedorismo e aproximação entre empresas e trabalhadores.

Leitura institucional: os quatro órgãos totalizam aproximadamente R$ 20,15 milhões, equivalentes a 0,66% do orçamento municipal. Esse número é uma referência de concentração orçamentária nesses órgãos, não o total de todos os gastos municipais que podem beneficiar a economia.

Fonte: 04 - LOA 2027 - Anexo II - UO - Despesa segundo categorias por órgão.pdf

5. Investimentos públicos e infraestrutura

Este é outro ponto que merece uma análise especial.

O orçamento geral apresenta:

Despesa de capital	Valor
Investimentos	R$ 110,70 milhões
Inversões financeiras	R$ 4,30 milhões
Amortização da dívida	R$ 108,25 milhões
Total das despesas de capital	R$ 223,25 milhões

Os investimentos propriamente ditos representam aproximadamente 3,63% do orçamento total.

Além disso, dos R$ 110,70 milhões classificados como investimentos, R$ 70,25 milhões estão destinados a obras e instalações.

Isso não significa que todo o restante do orçamento seja improdutivo. Saúde, Educação, Segurança e outras políticas públicas também são fundamentais para a atividade econômica.

Entretanto, sob a ótica empresarial, precisamos acompanhar a capacidade de transformar recursos públicos em infraestrutura e condições para novos investimentos privados.

Para a ACIC, alguns projetos merecem atenção especial:

- **Acesso e infraestrutura do Distrito Industrial da CODIN.**
- **Integração logística com o Porto do Açu.**
- **Conexão rodoviária, ferroviária e portuária.**
- **Recuperação e manutenção das estradas vicinais.**
- **Mobilidade e revitalização do Centro de Campos.**
- **Infraestrutura para expansão industrial e logística.**

O demonstrativo por função não permite identificar, sozinho, quanto está destinado especificamente a cada um desses projetos. Para isso, precisamos conferir os programas, ações e dotações detalhadas da LOA.

Fonte: 02 - LOA 2027 - Anexo II - Despesa segundo categorias.pdf

6. O orçamento está conectado à geração de empregos?

É interessante cruzar as previsões orçamentárias com a realidade do mercado de trabalho.

Segundo notícia publicada pela Prefeitura, com base nos dados do Novo CAGED, Campos encerrou 2025 com saldo positivo de 1.490 empregos formais.

Os setores apresentaram os seguintes resultados:

Setor	Saldo de empregos em 2025
Serviços	+1.929
Comércio	+302
Agropecuária	+138

A indústria e a construção civil também precisam ser observadas nessa discussão, pois integram a cadeia de investimentos e infraestrutura do município.

Fonte: Prefeitura de Campos – Campos fechou 2025 com saldo positivo de 1.490 empregos formais.

O que esse cruzamento revela?

Existe uma questão importante para a ACIC: os setores que demonstram capacidade de absorver mão de obra e gerar empregos precisam estar contemplados em políticas públicas de desenvolvimento econômico.

O Comércio e os Serviços, por exemplo, possuem grande capacidade de geração de oportunidades, mas a função orçamentária Comércio e Serviços recebe apenas R$ 802,8 mil.

Isso não prova que o município não apoie esses setores por outras dotações. Demonstra, porém, a necessidade de identificar quais ações concretas estão financiadas para estimular essas atividades.

7. Principais pontos de atenção para a ACIC:

Pontos considerados importantes para uma agenda institucional de acompanhamento da LOA.

Tema	Questão que a ACIC deve ser acompanhada
Diversificação econômica	Quais investimentos reduzem a dependência dos royalties?
Indústria	Quais recursos estão destinados à infraestrutura industrial e atração de empresas?
Comércio	Quais programas fortalecem o comércio local e a revitalização do Centro?
Serviços	Como estimular empresas prestadoras de serviços e novos negócios?
Agronegócio	Quais investimentos melhoram a produção e o escoamento agrícola?
Turismo	Quais projetos estruturam o turismo como atividade econômica?
Logística	Quais obras melhoram a integração com o Porto do Açu e os demais modais?
Emprego	Quais programas conectam qualificação profissional e demanda empresarial?
Inovação	Quais recursos apoiam tecnologia, empreendedorismo e modernização empresarial?

8. Questão que merece aprofundamento: Despesas de Pessoal e Custeio

O Anexo II apresenta:

- Pessoal e encargos sociais: R$ 1,498 bilhão.
- Juros e encargos da dívida: R$ 45 milhões.
- Outras despesas correntes: R$ 1,258 bilhão.

As despesas com pessoal e encargos representam aproximadamente 49,1% do orçamento total.

Esse dado merece acompanhamento, mas não deve ser confundido com o percentual de despesa de pessoal calculado para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, que utiliza uma metodologia específica de Receita Corrente Líquida e períodos de apuração próprios.

A ACIC acompanha a evolução dessas despesas e sua relação com a capacidade municipal de ampliar investimentos em infraestrutura e desenvolvimento.

Fonte: 02 - LOA 2027 - Anexo II - Despesa segundo categorias.pdf

9. Propostas que a ACIC apresenta ao Poder Público:

Nosso objetivo é transformar essa análise em uma agenda propositiva para que, através do CDI formada pelas instituições, participe de forma propositiva.

Propomos seis eixos de trabalho para o CDI – Conselho de Desenvolvimento Integrado:

1. Programa Municipal de Desenvolvimento Industrial;

Incentivos à instalação e expansão de empresas, infraestrutura dos distritos industriais, simplificação de processos e atração de investimentos.

2. Programa de Fortalecimento do Comércio, Serviços e Turismo;

Revitalização do Centro, melhoria do ambiente de negócios, modernização empresarial, desburocratização, fortalecimento do turismo receptivo e estímulo ao consumo local.

3. Programa de Desenvolvimento do Agronegócio;

Estradas rurais, assistência técnica, mecanização, agroindustrialização e fortalecimento das cooperativas e cadeias produtivas.

4. Programa de Logística e Economia do Mar;

Integração de Campos com o Porto do Açu, cadeia de fornecedores offshore, descomissionamento e desmantelamento, infraestrutura logística e integração multimodal.

5. Programa de Qualificação e Empregabilidade;

Parcerias com empresas, instituições de ensino, Sistema S e entidades empresariais para qualificar profissionais conforme as necessidades do mercado.

6. Estratégia de Diversificação das Receitas Municipais;

Estimular atividades econômicas que ampliem a arrecadação própria, reduzam a vulnerabilidade aos royalties e fortaleçam a sustentabilidade financeira do município.

10. Conclusão:

A análise dos documentos é que a LOA 2027 apresenta um orçamento expressivo, de R$ 3,05 bilhões, mas sua estrutura evidencia uma questão que merece debate público: a distância entre o volume total de recursos administrados pelo município e a dimensão das dotações diretamente identificadas com o desenvolvimento econômico, o trabalho e a atividade produtiva.

Há recursos relevantes para Urbanismo, Transporte, Gestão Ambiental e Agricultura. Essas áreas podem contribuir para o desenvolvimento econômico, desde que os recursos sejam direcionados a projetos estruturantes e executados com resultados mensuráveis.

Por outro lado, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Inovação possui uma dotação de aproximadamente R$ 1,97 milhão, e a função Comércio e Serviços apresenta R$ 802,8 mil.

A dependência de aproximadamente 26,2% do orçamento em royalties e compensações do petróleo também reforça a necessidade de uma estratégia de longo prazo.

A ACIC defende uma mudança de perspectiva: o orçamento municipal não deve ser analisado apenas pela capacidade de financiar a máquina pública e os serviços essenciais, mas também pela sua capacidade de criar condições para que a economia local cresça, diversifique suas atividades, atraia investimentos e gere empregos.

Isso não significa reduzir a importância das políticas sociais. Significa trabalhar para que desenvolvimento econômico e desenvolvimento social caminhem juntos.

ACIC - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPOS
A CASA DO EMPRESÁRIO CAMPISTA
Fundada em 9 de agosto de 1891
Site: www.acicampos.org.br / E-mail: acic@acicampos.org.br
Tel.: (22) 2723-5174

ACIC DEFENDE QUE O ORÇAMENTO MUNICIPAL SEJA INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGOS

A Associação Comercial e Industrial de Campos dos Goytacazes entende que o orçamento público deve desempenhar um papel estratégico na construção do futuro econômico do município.

A LOA 2027, com previsão de R$ 3,05 bilhões, representa um importante instrumento de planejamento e aplicação dos recursos públicos. Entretanto, os números evidenciam a necessidade de ampliar a atenção às políticas de desenvolvimento econômico, fortalecimento dos setores produtivos, atração de investimentos e geração de empregos.

Campos precisa avançar na diversificação de sua economia, reduzindo gradativamente a dependência das receitas provenientes dos royalties do petróleo e fortalecendo suas vocações industriais, comerciais, agrícolas, turísticas, logísticas e de serviços.

A ACIC defende maior integração entre o Poder Público, as entidades empresariais e a sociedade civil na construção de uma agenda permanente de desenvolvimento, com projetos estruturantes, metas claras e acompanhamento dos resultados.

Nosso compromisso é contribuir para uma cidade que transforme sua capacidade de arrecadação e seus recursos naturais em oportunidades duradouras, novos negócios, trabalho, renda e qualidade de vida para sua população.

Mais do que administrar receitas, precisamos construir oportunidades de desenvolvimento para Campos e para as próximas gerações.

A utilização deste diagnóstico como ponto de partida para a construção, através das Entidades de Classe com a Prefeitura e a Câmara Municipal, apresentando propostas objetivas e solicitando esclarecimentos sobre os investimentos previstos. O CDI pode e deve assumir um papel de articuladora de uma pauta econômica comum, acompanhando não apenas o orçamento aprovado, mas também sua execução e seus resultados.

Observação metodológica: os números desta análise foram extraídos dos documentos encaminhados. Os percentuais são cálculos sobre os valores apresentados. As conclusões sobre prioridades econômicas são interpretações institucionais, não constatações de irregularidade orçamentária.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES